

# Vulnerabilidades e a violência sexual infanto-juvenil no Brasil: uma análise dos contextos, vítimas e perpetradores

## Vulnerabilities and sexual violence against children and adolescents in Brazil: an analysis of contexts, victims and perpetrators

Marcos Vinicius Teixeira Martins<sup>1</sup>. 

Gabriel David Camargo<sup>2</sup>. 

Gilberto de Araújo Pereira<sup>1</sup>. 

1 Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

2 Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

### RESUMO

**Objetivo:** analisar o comportamento temporal dos casos de violência sexual infanto-juvenil registrados no Brasil de 2010 a 2021. **Metodologia:** Realizado um estudo transversal, retrospectivo e analítico, utilizando dados do Sistema de Informações de Agravos e Notificações. Realizadas análises de contagem e técnica de decomposição de séries temporais. **Resultados:** Os resultados deste estudo mostraram uma tendência de crescimento nos casos de violência sexual infanto-juvenil até 2020, seguida por uma queda. Além disso, foram identificados fatores como raça, nível de escolaridade, estado civil, presença de transtornos mentais, locais como bares e construção civil, e práticas sexuais com ambos os sexos que influenciaram positivamente a ocorrência desses casos. **Conclusão:** Este estudo destaca a importância de abordar a violência sexual infanto-juvenil no Brasil. Espera-se que essas descobertas contribuam para o aprimoramento das políticas públicas de combate a esse problema e incentivem esforços contínuos na prevenção e proteção das crianças e adolescentes contra a violência sexual.

**Palavras-chave:** Epidemiologia. Saúde Pública. Delitos Sexuais. Maus-Tratos Infantis.

### ABSTRACT

**Objective:** To analyze the temporal trends of child and adolescent sexual violence cases reported in Brazil from 2010 to 2021. **Methodology:** We conducted a cross-sectional, retrospective, and analytical study using data from the Information System for Notifiable Diseases. Count and temporal influence analyses were performed. **Results:** The results of this study revealed a significant upward trend in child and adolescent sexual violence cases until 2020, followed by a decline. Additionally, factors such as race, educational level, marital status, presence of mental disorders, locations such as bars and construction sites, and engaging in sexual practices with both genders positively influenced the occurrence of these cases. **Conclusion:** This study emphasizes the importance of addressing child and adolescent sexual violence in Brazil. It is hoped that these findings will contribute to the enhancement of public policies aimed at combating this issue and will encourage ongoing efforts in the prevention and protection of children and adolescents against sexual violence.

**Keywords:** Epidemiology. Public Health. Sex Offenses. Child Abuse.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons CC BY.

**Autor correspondente:** Gabriel David Camargo, Avenida Pará, 1720, Umuarama, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. CEP: 38405-320. E-mail: [gabriel davidcamargo@gmail.com](mailto:gabriel davidcamargo@gmail.com)

**Conflito de interesses:** Não há qualquer conflito de interesses por parte de qualquer um dos autores.

Recebido em: 26 Set 2023; Revisado em: 30 Abr 2024; Aceito em: 20 Jun 2024.

## INTRODUÇÃO

O estabelecimento global da violência sexual, em todas as classes sociais e culturas, associa a esse fenômeno complexidade e gravidade ímpares.<sup>1</sup> Esse tipo de violência inclui o toque, beijo, relação sexual ou qualquer ato de natureza sexual ou erótica cometidos, ou tentativas estabelecidas contra alguém que não o consentiu, ou não pode consentir ou se recusar.<sup>2</sup> É válido pontuar que em extratos socioeconômicos menos favoráveis, entretanto, a constatação das ocorrências é facilitada em virtude da maior rastreabilidade dos sinais e circunstâncias inerentes ao fato.<sup>3</sup>

O uso da coação na tentativa ou estabelecimento de qualquer ato sexual visando lucro ou a satisfação de desejos do perpetrador é observado em uma diversidade de contextos e circunstâncias que podem envolver casos de assédio, exibicionismo, exposição de conteúdos audiovisuais ou mesmo a troca de mensagens de natureza imprópria, independentemente da existência de relação com a vítima.<sup>4</sup> É importante destacar que, apesar da extensão e transversalidade inerentes a esse tipo de violência, a sua invisibilidade ainda se faz presente de maneira bastante ampla em virtude do medo da denúncia e cumplicidade familiar, bem como fragilidades nos serviços de manejo que fazem com que algumas das ocorrências sejam reveladas apenas anos depois de sua efetivação.<sup>5</sup>

Considerando esse contexto, o objetivo desse estudo foi identificar o comportamento temporal do quantitativo de casos de violência sexual infanto-juvenil registrados no Brasil, segundo contextos de vulnerabilidade.

## METODOLOGIA

Estudo transversal, retrospectivo e analítico, baseado em dados do Sistema de informações de Agravos e Notificações (SINAN). O SINAN é abastecido, principalmente, por meio de investigações e das notificações de doenças e agravos especificados na lista do Ministério da Saúde (MS) de notificações compulsórias. Foram captados os casos notificados com o CID T74.2 referente a abuso sexual.

A população de estudo é composta de todos os casos de notificações de violência sexual infanto-juvenil, envolvendo vítimas com idades entre 0 e 19 anos, registrados no Brasil entre os anos de 2010 a 2021.

Quanto a seleção dos casos, o critério de adesão adotado considerou como elegíveis todos os registros em que se constatou a completude das informações de interesse, dados socioeconômicos das vítimas, características dos agressores, locais e contextos de ocorrência. Além disso, foram excluídos os registros nos quais se identificou dados incompletos ou ausentes, um total de 12.434 registros. Assim, neste estudo, foram incluídos um total de 249.275 casos que continham as informações completas para avaliação.

A coleta dos dados ocorreu através do Sistema de Transferência de Arquivos do Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde, sendo as variáveis utilizadas, conforme a nomeação dada nas fichas de notificação, pertinentes às vítimas: idade, sexo, raça/cor e escolaridade, bem como referentes à presença de deficiências física, auditiva, mental, visual e transtornos mental ou comportamental. Quanto as circunstâncias de ocorrência, foi avaliado o local específico da ocorrência, ou seja, se na residência do indivíduo, habitação coletiva, escola, local de prática esportiva, bar ou similar, via pública, comércio/serviços e indústrias/construção. Em relação ao acontecimento propriamente dito, foi analisado se é uma recorrência, bem como a concomitância com outras formas de violência, como aquelas de natureza física (autoprovocada ou não), psicológica, tortura, negligência ou abandono, tráfico de seres humanos, financeira e trabalho infantil.

Na análise das características do agressor, foram avaliados o número de envolvidos, a relação com a pessoa violentada, o sexo e a possibilidade de uso de álcool.

As análises estatísticas foram realizadas por meio do software *RStudio*, sendo, inicialmente, conduzida a estratificação dos dados conforme ano e mês de ocorrência, gerando uma configuração que permitiu a condução de análises para dados de contagem e de influências temporais, sendo usada a variável referente ao total de casos como variável dependente e as demais como variáveis independentes. Uma avaliação das influências temporais foi conduzida na variável dependente por meio do uso da técnica de decomposição simples aditiva dos fatores, tendência, sazonalidade e ruído, ou erro.<sup>6</sup>

Posteriormente, foram construídos os modelos Poisson e Binomial Negativa associados, sendo realizada a escolha daquele que melhor se adaptou ao comportamento do fenômeno estudado, por meio do teste de razão de verossimilhança de modelos aninhados, do critério de informação de Akaike (AIC) e do critério de informação Bayesiano (BIC).<sup>6</sup>

Por fim, ressalta-se que os dados usados no presente estudo, extraídos do DATASUS, são de domínio público e de natureza secundária, não sendo possível a identificação de participantes. Dessa forma, não foi necessária a submissão do presente estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme as normas de ética vigentes no País, estabelecidas na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 7 de abril de 2016.<sup>7</sup>

## RESULTADOS

A decomposição em série temporal da variável dependente que indica a quantidade de casos confirmados notificados por mês pode ser observada na Figura 1.

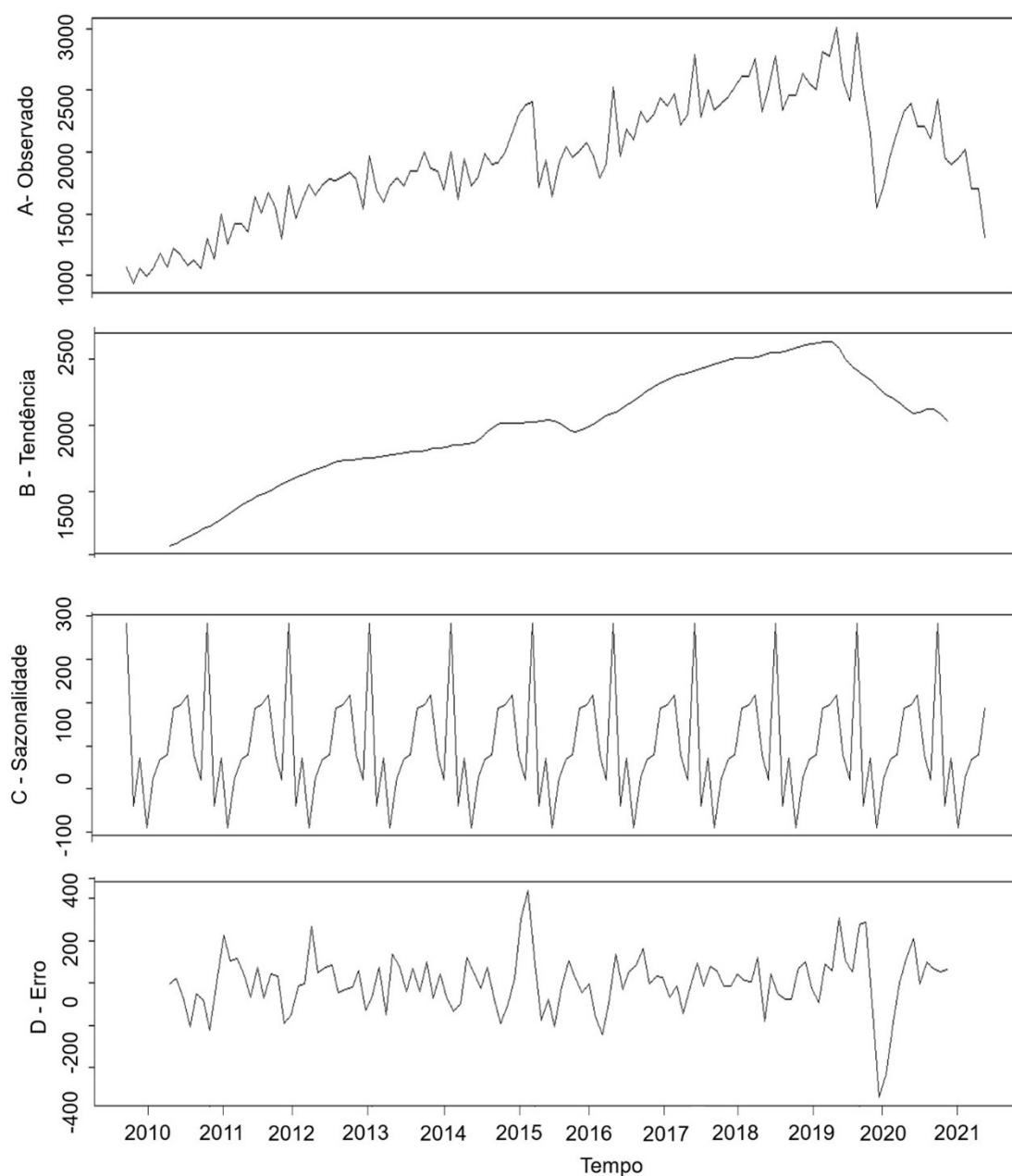
Observa-se, por meio da decomposição da série temporal referente ao total de casos notificados, importante tendência

de crescimento que se conserva desde o início do período de análise até o ano de 2020 quando a curva de tendência passa a evidenciar um comportamento de queda. Quanto ao elemento de sazonalidade observa-se uma maior concentração de casos no segundo semestre de cada ano. Ressalta-se também a presença de uma importante

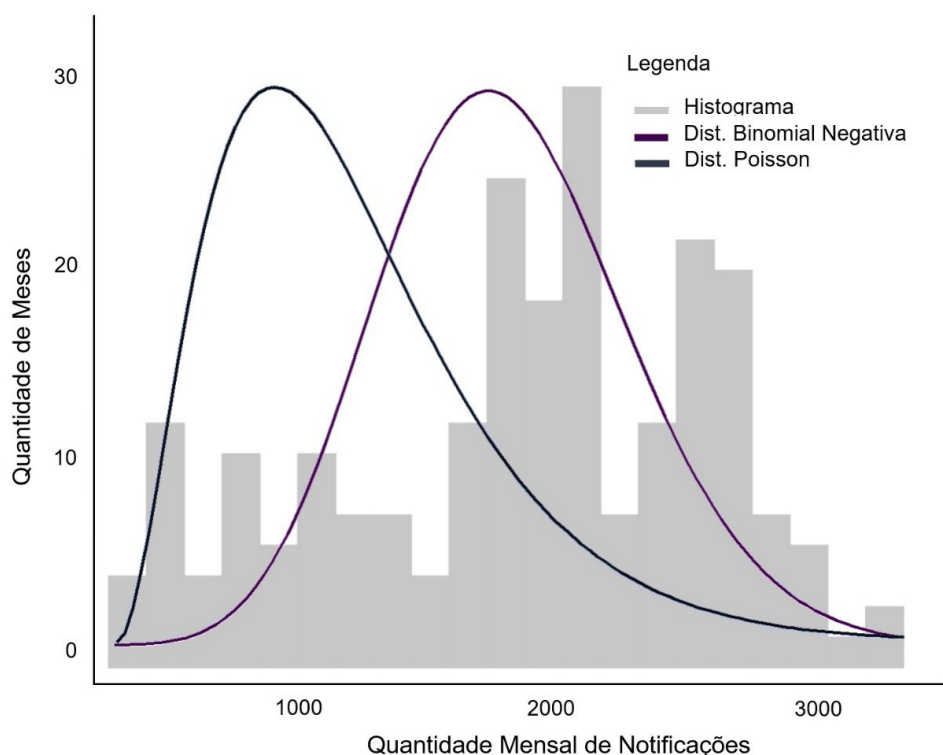
inflexão na curva de erro no ano de 2020, evidenciando um comportamento anômalo para o período em análise.

A distribuição de frequências da variável dependente que corresponde ao total de registros mensais de casos pode ser observada na Figura 2.

**Figura 1.** Decomposição em forma aditiva do total de casos notificados de violência sexual infanto-juvenil nos serviços de saúde do Brasil no período de 2010 a 2021.



**Figura 2.** Distribuição da frequência de meses, segundo o total de registros mensal de casos notificados de violência sexual infanto-juvenil nos serviços de saúde do Brasil no período de 2010 a 2021.



**Tabela 1.** Critérios AIC e BIC, e teste da Razão de Verossimilhança para o ajuste dos modelos de Poisson e Binomial Negativo.

Modelos	AIC	BIC	GL	LMV	$\chi^2$	Valor-p
Poisson	2.300,2	2.533,1	77	-1073,1		
Binomial negativo	1.969,4	2.205,2	78	-906,7	332,9	< 2,20x10 <sup>-16</sup> *

**Legenda:** AIC: Critério de Informação de Aike; BIC: Critério de Informação Bayesiano; GL: Graus de Liberdade; LMV: Log. da Máxima verossimilhança;  $\chi^2$ : Teste qui-quadrado; Significância: \* < 0.001.

Por meio da distribuição de frequências apresentada, sugere-se a possibilidade de uma super dispersão para a configuração de dados de contagem utilizada. Suposição confirmada pelo teste de Cameron e Trivedi (1990) ( $\text{Lambda-t} = 5,0881$ , valor-p =  $1,059 \times 10^{-6}$ ) que demonstrou que o modelo Binomial Negativo é o mais indicado.<sup>6</sup> Dessa forma, foram ajustados os dois modelos, Poisson e Binomial Negativo. Tanto os indicadores AIC e BIC quanto o teste de Razão de Verossimilhança (Tabela 1) indicam superioridade para o modelo Binomial Negativo quanto a aderência aos dados, com valores AIC, BIC e LMV menores.

Dessa forma, o modelo Binomial Negativo foi utilizado para descrever/interpretar as relações/impactos das variáveis independentes frente à variável dependente “quantidade mensal de notificações de violência”.

Na Tabela 2 se encontram as estimativas dos coeficientes dos modelos Poisson e Binomial Negativo ajustados para os dados da quantidade de registros mensais de violência sexual infanto-juvenil no Brasil no período de 2010 a 2021, segundo cada uma das variáveis independentes consideradas, bem como as margens de erros dos intervalos de confiança e níveis de significâncias desses coeficientes.

A partir dos coeficientes estimados e respectivas margens de erros de 95%, é possível observar impacto significativo ( $p < 0,001$ ) indicativo de aumento na efetivação das ocorrências de violência para as raças pretas e pardas (coeficiente=0,0017, margem de erro 95%= 0,0006; coeficiente=0,0010, margem de erro 95%=0,0004, respectivamente), bem como para os níveis de escolaridade associados ao ensino médio incompleto (coeficiente=0,0011, margem de erro 95%= 0,0006) e ensino

médio completo (coeficiente=0,0018, margem de erro 95%= 0,0010). Observação que também pode ser feita quanto aos indivíduos solteiros (coeficiente=0,0007, margem de erro 95%= 0,0004), viúvos (coeficiente=0,0374, margem de erro 95%= 0,0119) ou separados (coeficiente=0,0133, margem de erro 95%= 0,0049).

Quanto à presença de deficiência visual, o impacto capturado pelo modelo é compatível com redução significativa no estabelecimento de ocorrências (coeficiente=-0,0107, margem de erro 95%= 0,0039). No caso de transtornos mentais, o impacto observado indica um aumento significativo (coeficiente=0,0033, margem de erro 95%= 0,0014).

Para os parâmetros de local referentes a bares e locais similares (coeficiente=0,0042, margem de erro 95%= 0,0019), bem como indústrias e sítios de construção (coeficiente=0,0091, margem de erro 95%= 0,0027), tem-se um impacto positivo significativo para a ocorrência da violência sexual. O mesmo pode ser concluído para a ocorrência de violência psicológica associada (coeficiente=0,0007, margem de erro 95%= 0,0002) e para os casos em que se identifica a presença de práticas sexuais tanto com indivíduos do sexo masculino quanto feminino (coeficiente=0,0124, margem de erro 95%= 0,0056). Já no caso em que se constata a presença de violência legal, tem-se comportamento compatível com redução (coeficiente=-0,0063, margem de erro 95%= 0,0026).

**Tabela 2.** Estimativas e margens de erros dos coeficientes dos modelos Poisson e Binomial Negativo ajustados para os dados da quantidade de registros mensais de violência sexual infanto-juvenil no Brasil no período de 2010 a 2021, segundo cada uma das variáveis independentes de interesse.

Parâmetro	Estado	Modelo			
		Poisson		Binomial Negativo	
		Coeficiente	Me-IC (95%)	Coeficiente	Me-IC (95%)
Intercepto	-	5,9778 ***	(0,0182)	5,8515 ***	(0,0387)
Sexo	Feminino	0,0048	(0,0075)	0,0029	(0,0175)
	Masculino	-0,0037	(0,0075)	-0,0039	(0,0175)
Raça/cor	Branca	-0,0005 **	(0,0002)	-0,0004	(0,0004)
	Preta	0,0014 ***	(0,0003)	0,0017 **	(0,0006)
	Amarela	0,0010	(0,0008)	0,0021	(0,0018)
	Parda	0,0009 ***	(0,0002)	0,0010 **	(0,0004)
	Indígena	-0,0017 **	(0,0006)	-0,0023	(0,0014)
Escolaridade	Analfabeto	-0,0014	(0,0013)	-0,0016	(0,0030)
	1ª a 4ª série do EF	-0,0005 *	(0,0002)	-0,0006	(0,0005)
	4ª série do EF completa	-0,0002	(0,0004)	-0,0001	(0,0009)
	5ª a 8ª série do EF	-0,0009 ***	(0,0002)	-0,0013 **	(0,0004)
	EF completo	-0,0033 ***	(0,0004)	-0,0040 ***	(0,0009)
	EM incompleto	0,0011 ***	(0,0002)	0,0011 ***	(0,0006)
	EM completo	0,0016 ***	(0,0004)	0,0018 ***	(0,0010)
	ES incompleta	-0,0018	(0,0012)	-0,0017	(0,0028)
Estado civil	Solteiro	0,0008 ***	(0,0002)	0,0007 ***	(0,0004)
	Casado	-0,0001	(0,0005)	-0,0004	(0,0013)
	Viúvo	0,0355 ***	(0,0049)	0,0374 **	(0,0119)
	Separado	0,0119 ***	(0,0021)	0,0133 **	(0,0049)

**Nota:** Significâncias: \*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05. **Legenda:** EF: ensino fundamental, EM: Ensino Médio, ES: ensino superior, Me-IC: Margem de Erro - Intervalo de Confiança.

Continua.

Continuação.

**Tabela 2.** Estimativas e margens de erros dos coeficientes dos modelos Poisson e Binomial Negativo ajustados para os dados da quantidade de registros mensais de violência sexual infanto-juvenil no Brasil no período de 2010 a 2021, segundo cada uma das variáveis independentes de interesse.

Parâmetro	Estado	Modelo			
		Poisson		Binomial Negativo	
		Coeficiente	Me-IC (95%)	Coeficiente	Me-IC (95%)
Deficiências	Física	0,0053 ***	(0,0011)	0,0039	(0,0027)
	Mental	0,0016 ***	(0,0005)	0,0019	(0,0012)
	Visual	-0,0099 ***	(0,0016)	-0,0107 **	(0,0039)
	Auditiva	0,0043 **	(0,0015)	0,0028	(0,0035)
Transtornos	Mental	0,0032 ***	(0,0006)	0,0033 *	(0,0014)
	Comportamental	-0,0011	(0,0006)	-0,0008	(0,0014)
Local	Residência	0,0004	(0,0002)	0,0004	(0,0005)
	Habitação coletiva	-0,0007	(0,0006)	-0,0012	(0,0014)
	Escola	-0,0001	(0,0004)	-0,0003	(0,0009)
	Local de prática esportiva	-0,0039 **	(0,0012)	-0,0043	(0,0028)
	Bar ou similar	0,0028 ***	(0,0008)	0,0042 *	(0,0019)
	Via pública	0,0010 ***	(0,0003)	0,0010	(0,0006)
	Comércio/Serviços	0,0010	(0,0008)	0,0001	(0,0020)
	Indústrias/Construção	0,0081 ***	(0,0012)	0,0091 ***	(0,0027)
Recorrência	Sim	0,0004 ***	(0,0001)	0,0004	(0,0002)
Violências	Autoprovocada	0,0007	(0,0004)	0,0007	(0,0011)
	Física	0,0000	(0,0002)	0,0001	(0,0004)
	Psicológica	0,0005 ***	(0,0001)	0,0007 **	(0,0002)
	Financeira	0,0000	(0,0010)	0,0006	(0,0023)
	Legal	-0,0054 ***	(0,0011)	-0,0063 *	(0,0026)
Trabalho infantil	Sim	0,0023 *	(0,0011)	0,0034	(0,0026)
Tortura	Sim	-0,0007	(0,0005)	-0,0005	(0,0011)
Tráfico de seres humanos	Sim	0,0013	(0,0022)	0,0020	(0,0053)
Negligência	Sim	-0,0007 *	(0,0004)	-0,0011	(0,0008)
Uso de força	Sim	-0,0002	(0,0001)	-0,0002	(0,0003)
Ameaças	Sim	0,0002	(0,0001)	0,0004	(0,0003)
Número de envolvidos	Um	0,0015 ***	(0,0003)	0,0018 *	(0,0008)
	Dois ou mais	-0,0016 ***	(0,0003)	-0,0022 **	(0,0008)
Tipo de relação sexual	Só com homens	0,0002 **	(0,0001)	0,0003	(0,0002)
	Só com mulheres	-0,0033 *	(0,0014)	-0,0053	(0,0029)
	Com homens e mulheres	0,0084 **	(0,0026)	0,0124 *	(0,0056)

**Nota:** Significâncias: \*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05. **Legenda:** EF: ensino fundamental, EM: Ensino Médio, ES: ensino superior, Me-IC: Margem de Erro - Intervalo de Confiança.

Continua.

Conclusão.

**Tabela 2.** Estimativas e margens de erros dos coeficientes dos modelos Poisson e Binomial Negativo ajustados para os dados da quantidade de registros mensais de violência sexual infanto-juvenil no Brasil no período de 2010 a 2021, segundo cada uma das variáveis independentes de interesse.

Parâmetro	Estado	Modelo			
		Poisson		Binomial Negativo	
		Coeficiente	Me-IC (95%)	Coeficiente	Me-IC (95%)
Perpetrador	Pai	0,0003	(0,0002)	0,0004	(0,0005)
	Mãe	-0,0010	(0,0005)	-0,0006	(0,0012)
	Padrasto	0,0009 ***	(0,0002)	0,0008	(0,0006)
	Cônjuge	0,0009	(0,0005)	0,0008	(0,0012)
	Ex-cônjuge	-0,0006	(0,0013)	-0,0014	(0,0030)
	Namorado	0,0010 ***	(0,0003)	0,0011	(0,0006)
	Ex-namorado	0,0021 **	(0,0007)	0,0024	(0,0016)
	Filho	-0,0108 ***	(0,0024)	-0,0097	(0,0056)
	Desconhecido	0,0009 ***	(0,0002)	0,0009	(0,0006)
	Irmão	-0,0013 **	(0,0004)	-0,0016	(0,0009)
	Conhecido	0,0001	(0,0002)	0,0001	(0,0004)
	Cuidador	0,0011	(0,0007)	0,0015	(0,0016)
	Patrão	0,0008	(0,0017)	0,0013	(0,0039)
	Relação Institucional	-0,0016 **	(0,0006)	-0,0025	(0,0015)
	Policial	0,0022	(0,0017)	0,0012	(0,0040)
	Madrasta	0,0058 ***	(0,0012)	0,0059	(0,0030)
Sexo do autor	Masculino	0,0001	(0,0004)	0,0001	(0,0010)
	Feminino	-0,0017 **	(0,0006)	-0,0019	(0,0014)
	Ambos os sexos	-0,0014 *	(0,0007)	-0,0016	(0,0016)
Uso de Álcool	Sim	0,0004	(0,0002)	0,0005	(0,0005)
Relacionado ao trabalho	Sim	-0,0036 ***	(0,0010)	-0,0035	(0,0022)
Idade	Lactente	0,0018	(0,0075)	0,0024	(0,0174)
	Pré-escolar	0,0024	(0,0075)	0,0056	(0,0174)
	Escolar	0,0025	(0,0075)	0,0055	(0,0175)
	Adolescente	0,0024	(0,0076)	0,0058	(0,0175)

**Nota:** Significâncias: \*\*\*  $p < 0,001$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*  $p < 0,05$ . **Legenda:** EF: ensino fundamental, EM: Ensino Médio, ES: ensino superior, Me-IC: Margem de Erro - Intervalo de Confiança.

## DISCUSSÃO

No Brasil, já foi verificado uma maior incidência de casos de violência sexual para o sexo feminino, o que corrobora com os achados aqui demonstrados, sendo que aproximadamente um terço das meninas e um décimo dos meninos são vítimas de exploração sexual ou abuso antes de completarem 18 anos, valores estes que podem aumentar a depender da escolaridade, local de realização do ato, raça, grau de vulnerabilidade da vítima, conforme os dados encontrados.<sup>8,9</sup>

A título de comparação, um estudo desenvolvido por meio de uma parceria entre o IBGE e o MS, para indivíduos com 18 anos ou mais, revelou que as prevalências de violência sexual foram de 8,9% para mulheres e 2,5% para homens.<sup>10</sup> Essa configuração é responsável pela estigmatização social feminina, bem como isolamento comunitário e familiar, além de aumentar a sua propensão a comportamentos de risco como o abuso de álcool e outras substâncias, envolvimento com múltiplos parceiros íntimos, sem o devido uso de medidas de proteção, e desordens alimentares.<sup>11</sup>



Nas análises aqui desenvolvidas foi possível notar um aumento na efetivação das ocorrências associados às raças pretas e pardas. Nesse sentido, é válido pontuar que a composição étnica nacional é predominantemente composta de brancos e pardos, que correspondem a 42,7% e 46,8% da população, respectivamente, de forma que não justifica completamente os achados encontrados em estudos envolvendo esse tipo de temática.<sup>12</sup> Na sociedade brasileira, o vínculo com um dado conjunto étnico-racial se estabelece como um fator determinante de acesso a condições potencializadoras das capacidades de participação social e desenvolvimento de um indivíduo, de forma que gera contrastes importantes quanto a direitos e oportunidades no país.<sup>13</sup> Sendo assim, o racismo estrutural brasileiro e suas origens relacionadas ao período da escravidão, considerado determinante na formação socioeconômica nacional, ainda impactam de maneira importante nas condições de vida desse estrato populacional, o que os torna mais expostos a estressores que predis põem a situações de violência.<sup>13,14</sup>

Destaca-se também o impacto indicativo de aumento na efetivação das ocorrências identificado no presente estudo para os níveis de escolaridade associados ao intervalo entre quinta e oitava série do ensino fundamental, o que está em concordância com as importantes incidências destacadas na literatura associadas a este estrato etário. Em um inquérito realizado com estudantes de ensino médio norte-americanos no ano de 2019, identificou-se uma prevalência de aproximadamente 11% associada a vitimização por alguma forma de violência sexual. Além disso, no que se refere especificamente às situações de violência sexual associadas a encontros casuais ocorridos até 12 meses antes da realização do inquérito, esse valor passa a ser de aproximadamente 8%, sendo constatado valor semelhante para as incidências de violência física nesses contextos.<sup>15</sup>

Um impacto indicativo de aumento na efetivação das ocorrências, em concordância com estudos anteriores, também foi observado associados a vítimas que tem práticas sexuais tanto com indivíduos do sexo masculino quanto feminino. Em um estudo desenvolvido considerando estudantes de ensino médio norte-americanos, constatou-se prevalência significativamente maior para a vitimização de gays, lésbicas e bissexuais em ocorrências de violência sexual no namoro, quando comparado à população heterossexual.<sup>15</sup> Pontua-se ainda que quando identificada a participação da vítima em outros grupos minoritários, relacionados a sua etnia, ser imigrante, refugiado, possuir deficiências físicas ou cognitivas, entre outras formas de desigualdade cruzadas, a vulnerabilidade inerente à sexualidade desses indivíduos é sensivelmente potencializada.<sup>14</sup> Além disso, a potencialização desse cenário de vulnerabilidade também foi identificada no contexto da pandemia devidos às questões econômicas e sociais suscitadas.<sup>16</sup>

No que tange ao estado civil das vítimas, foi possível observar um impacto positivo para a efetivação das ocorrências associados a indivíduos solteiros, viúvos ou

separados, em concordância com outros estudos previamente realizados. Na literatura já foi estabelecido o papel do estado civil e a sua relação com as ocorrências de violência sexual.<sup>17</sup> Em um estudo desenvolvido considerando os registros de violência sexual no Piauí com vítimas de até 20 anos de idade, referentes ao período compreendido entre 2009 e 2016, constatou-se o predomínio de solteiras e do parceiro íntimo como violentador.<sup>18</sup> Em um outro estudo realizado considerando 31.611 meninas que foram estupradas, constatou-se que 84,9% do total possuíam idades iguais ou inferiores a 13 anos, das quais, 19,6% declaram estar em união estável e 2%, casadas.<sup>19</sup>

Salienta-se também que indivíduos que já foram casados ou tiveram experiências em uniões estáveis se mostraram menos propensos a reportar vivências de violência sexual.<sup>20</sup> Nesse contexto, é importante pontuar que a violência por parceiro íntimo inclui também as formas estabelecidas no namoro e relações não oficiais, bem como situações perpetradas por parceiros atuais ou ex-parceiros, compreendendo desde a perseguição e agressões psicológicas, até formas de violência sexual e física.<sup>21</sup>

Esse tipo de acometimento ainda se estabelece em muitas sociedades, devido a padrões culturais que privam as mulheres do direito de recusar ter relações sexuais com seus maridos, de fato, em grande parte dos países do mundo o estupro matrimonial não se configura como um delito.<sup>22</sup> Dessa forma, esses abusos ocorrem sem que se verifique consequências para os perpetradores, o que leva a recorrências e uma maior gravidade associada às repercussões físicas e psicológicas para a vítima.<sup>22</sup>

Nesse sentido destaca-se também o impacto indicativo de aumento na efetivação das ocorrências associado a co-ocorrência de violência psicológica, o que está em concordância com a literatura, ao passo que o estabelecimento de um convívio frequente, proveniente das relações habituais, bem como do desejo da manutenção de relações conjugais, coesão familiar e educação de filhos, pode gerar condições suficientes para a perpetuação das violências psicológica e sexual, estabelecidas por meio de ofensas emocionais e verbais, além de relações não desejadas ou consentidas.<sup>23</sup> Além disso, para além da conjuntura familiar também é possível notar uma intrínseca associação entre as formas sexual e psicológica, por meio dos mecanismos de proteção empregados pelos perpetradores desse primeiro tipo de violência, como é o caso de ameaças, chantagens, insultos, humilhações, bem como a culpabilização da vítima, abandono, falta de apoio e restrição de liberdades.<sup>24</sup>

Um outro elemento de destaque nas análises aqui realizadas é o impacto observado, o que indica um aumento para os casos de vítimas portadoras de transtornos mentais. Nesse contexto, é válido pontuar que, além dos demais problemas relacionados à saúde física e mental, consequências associadas a mudanças nos padrões de sonovigília, baixa autoestima e redução no rendimento escolar,



podem ser particularmente responsáveis por situações de abandono escolar. Dessa forma, esses elementos retroalimentam a cadeia de eventos, se estabelecendo como causas e consequências desse fenômeno, e aumentam as possibilidades de revitimização desses indivíduos.<sup>11</sup>

Além disso, assim como evidenciado no presente estudo, já foi constatado um aumento significativo nos quantitativos de notificação das ocorrências de violência, em suas diversas formas, nos serviços de saúde nacionais, que apesar das inconsistências e duplicidades de registros identificadas, correspondem a um importante avanço na luta contra esse tipo de agravo.<sup>25</sup> Em concordância com esses achados, uma análise realizada em território nacional, quanto à temática da violência sexual, considerando dados de 2009 a 2013, indicou, além da tendência geral de aumento das notificações, variações positivas mais importantes associadas à faixa etária compreendida entre os 10 e 19 anos de idade, ao sexo feminino, bem como aos casos de estupro e as ocorrências domiciliares.<sup>26</sup>

Nesse sentido, pontua-se que a referida tendência nacional pode ser constatada também em anos mais recentes, e compreendendo também outras modalidades de abuso, como pode ser observado em informações divulgadas por órgãos governamentais, que indicaram um aumento de 14% nas denúncias associadas a violação dos direitos de crianças e adolescentes, quando comparados os registros de 2018 e 2019.<sup>27</sup> Mais especificamente no que se refere à violência sexual e às suas subcategorias, especialmente o assédio, estupro e exploração sexual, observou-se um aumento de 23,4% nas denúncias realizadas por meio do Disque 100 entre os anos de 2019 e 2020.<sup>28</sup>

Destaca-se ainda que, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, o percentual de vítimas com idades entre 0 e 9 anos, que no ano de 2019 era de 37,5% passou a ser de 40% no ano de 2020. Sendo assim, apesar das possíveis distorções associadas à pandemia nos padrões e quantitativos de notificação, é possível constatar que as vítimas de violência sexual no país se tornaram, em média, mais jovens.<sup>29</sup>

Dessa forma, os dados referentes a denúncias de violência sexual infanto-juvenil nesse período podem levar erroneamente a uma visão otimista da situação nacional, o que é bastante preocupante, em virtude de que a assunção de correspondência entre denúncia e ocorrência pode ser bastante falha e perigosa no Brasil.<sup>25,30</sup> Destaca-se quanto às limitações dessa pesquisa que foi necessária a exclusão de uma parte importante dos registros devido a erros de preenchimento e ausência de informações de interesse, bem como o fato de que os dados utilizados contemplam apenas as informações associadas a atendimentos realizados nos serviços de saúde, de forma que não contemplam a totalidade dos casos registrados no país. Por fim, pontua-se que a divulgação de informações de qualidade a respeito dessa temática pode ser responsável por gerar um impacto positivo nos diversos estratos populacionais, ao passo que pode contribuir para conscientizar a sociedade sobre os contextos de ocorrência da violência sexual infanto-juvenil, e isso, por sua vez, levar a uma ampliação das denúncias e notificações no país.

## CONCLUSÕES

Por meio das análises e informações apresentadas no presente estudo espera-se contribuir com o combate à violência sexual infanto-juvenil no Brasil, servindo como um recurso para ampliar e aprimorar as políticas públicas nacionais. Haja vista que o atual estudo demonstrou uma tendência ao crescimento no número de casos de violência sexual, o qual mantém, ao longo do tempo, um perfil de maior acometimento em indivíduos do sexo feminino que compõem grupos minoritários historicamente segregados, por questões de raça, nível de escolaridade e sexualidade. Destaca-se também a possibilidade de se estabelecer bases e questionamentos que possam justificar o desenvolvimento de novas pesquisas e ferramentas, visando o estabelecimento de novas intervenções e melhorias na rede nacional de controle e prevenção a violência.

## REFERÊNCIAS

1. Cascais M, Passadouro R, Mendes O, Zarcos MM. Prevention of sexual abuse in preschoolers – Teachers' Knowledge and Attitudes. *Nascer e Crescer - Birth and Growth Medical Journal*. 2020;29(2):86-91.
2. Basile KC, Smith SG, Breiding MJ, Black MC, Mahendra R. Sexual violence surveillance: Uniform definitions and recommended data elements, version 2.0 [internet]. Atlanta, Georgia: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention; 2014 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: <https://stacks.cdc.gov/view/cdc/26326>
3. United Nations Office On Drugs And Crime (UNODC). Global Report on Trafficking in Persons 2020 [internet]. New York: UNODC; 2020 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/globa.../2020-15jan\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/globa.../2020-15jan_web.pdf).
4. Feitosa LS. Desvendando o sexting: como as construções de gênero impactam a dinâmica das Mensagens Sexuais [dissertação]. Brasília: Universidade de Brasília; 2020. 112p.
5. Dornelles TM, Macedo AB, Souza SB. Qualidade de vida profissional e coping num hospital de referência para vítimas de violência sexual. *Texto contexto enferm*. 2020;29:e20190153.
6. Fávero LP, Belfiore P. Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil; 2017. 1187p.

7. Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº510 de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais [Internet]. Brasília: CNS; 2016 [acesso em: 23 set 2018]. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
8. Platt VB, Guedert JM, Coelho EB. Violence against children and adolescents: notification and alert in times of pandemic. *Rev Paul Pediatr*. 2020;39:e2020267.
9. Sousa PA, Neiva LD, Farias RR. Principais impactos psicológicos em crianças vítimas de abuso sexual. *Res Soc Dev*. 2021;10(8):e18310817270.
10. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa nacional de saúde 2019: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2021 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101800.pdf>.
11. Pereira CA, Maciel SC, Dias CC, Alexandre TM, Oliveira MX, Pimentel CE. Validação da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) no Contexto Brasileiro. *Psico-USF*. 2019;24(1):145-58.
- 12 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD): Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019 [internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2019 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf)
13. Fonseca GJ. Efeitos da desigualdade racial de renda sobre a pobreza no Brasil [dissertação]. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2020. 66p.
14. Barrett BJ, Peirone A, Cheung CH. Help seeking experiences of survivors of intimate partner violence in Canada: The role of gender, violence severity, and social belonging. *J Fam Violence*. 2020;35(1):15-28.
15. Basile KC, Clayton HB, DeGue S, Gilford JW, Vagi KJ, Suarez NA, et al. Interpersonal Violence Victimization Among High School Students — Youth Risk Behavior Survey, United States, 2019. *MMWR Suppl*. 2020;69(Suppl-1):28-37.
16. Mental Health Commission Of Canada (MHCC). Immigrant, refugee, ethnocultural and racialized populations and the social determinants of health [Internet]. Ottawa: MHCC; 2019 [acesso em: 18 Set 2023]. Disponível em: [https://www.mentalhealthcommission.ca/wp-content/uploads/drupal/2019-03/irer\\_report\\_mar\\_2019\\_eng.pdf](https://www.mentalhealthcommission.ca/wp-content/uploads/drupal/2019-03/irer_report_mar_2019_eng.pdf).
17. Cargnin JS, Luna JS, Aguiar DM, Rodrigues BT, Azevedo AA, Silveira RP. Violência sexual em mulheres na Amazônia Ocidental. *Rev Saude Publica*. 2021;55:92.
18. Madeiro A, Rufino AC, Sales IC, Queiroz LC. Violência física ou sexual contra a mulher no Piauí, 2009-2016. *J Health Biol Sci*. 2019;7(3):258-264.
19. Souto RM, Porto DL, Pinto IV, Vidotti CC, Barufaldi LA, Freitas MG, et al. Estupro e gravidez de meninas de até 13 anos no Brasil: características e implicações na saúde gestacional, parto e nascimento. *Cienc Saude Colet*. 2017;22(9):2909-18.
20. Beyene AS, Chojenta C, Roba HS, Melka AS, Loxton D. Gender-based violence among female youths in educational institutions of Sub-Saharan Africa: a systematic review and meta-analysis. *Syst Rev*. 2019;8(1):59.
21. Breiding MJ, Basile KC, Smith SG, Black MC, Mahendra RR. Intimate partner violence surveillance: uniform definitions and recommended data elements, version 2.0 [internet]. Atlanta, Georgia: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention; 2015 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: <https://stacks.cdc.gov/view/cdc/31292>.
22. Barker LC, Stewart DE, Vigod SN. Intimate partner sexual violence: An often overlooked problem. *J Womens Health (Larchmt)*. 2019;28(3):363-374.
23. Mascarenhas MD, Melo AS, Rodrigues MT, Bahia CA, Lima CM, Corassa RB, et al. Prevalence of exposure to violence among adults – Brazil, 2019. *Rev Bras Epidemiol*. 2021;24(suppl 2):e210019.
24. Pires MR, Locatelli TZ, Rojas PF, Lindner SR, Bolsoni CC, Coelho EB. Prevalência e os fatores associados da violência psicológica contra gestantes em capital no Sul do Brasil. *Sau. & Transf. Soc*. 2017;8(1):29-39.
25. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Viva: vigilância de violências e acidentes: 2013 e 2014 [internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2017 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_vigilancia\\_violencia\\_acidentes\\_2013\\_2014.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_vigilancia_violencia_acidentes_2013_2014.pdf)
26. Gaspar RS, Pereira MU. Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. *Cad Saude Publica*. 2018;34(11):e00172617
27. Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes [Internet]. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; 2020 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>.
28. Lacerda L. Combate à exploração sexual infantil: Os números crescem e os cuidados também [Internet]. Pau dos Ferros: Prefeitura de Pau dos Ferros; 2021 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: <https://pauosferros.rn.gov.br/informa.php?id=612>.
29. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 [Internet]. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2021 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/2c290f1f-6b52-4ba2-b1de-5bb33f7245fb>
30. Lima ML. A violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da pandemia de Covid-19 [Internet]. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás; 2021 [acesso em: 18 set 2023]. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1720/1/MARIA%20LUIZA%20DANTAS%20GUIMAR%3c83ES%20LIMA.pdf>.

# Como citar:

Martins MV, Camargo GD, Pereira GA. Vulnerabilidades e a violência sexual infanto-juvenil no Brasil: uma análise dos contextos, vítimas e perpetradores. *Rev Med UFC*. 2025;65:e92226.